



Chapelarias na cidade de Penafiel: a Casa Fausto, exemplo de resiliência

HELENA BERNARDO¹

¹ Museu Municipal de Penafiel. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

RESUMO

Este trabalho teve como primeiro objetivo conhecer a história da última chapelaria da cidade de Penafiel – a Casa Fausto –, estabelecimento comercial que terá tido início numa pequena oficina fundada, no final do século XIX, pelo chapeleiro José Augusto da Silva. O seu último chapeleiro, sobrinho-neto do fundador, foi Fausto Pinto de Matos, conhecido por “Senhor Fausto Chapeleiro”, que ainda fabricou chapéus, mas que também assistiu à adaptação do espaço apenas ao comércio, negócio que foi herdado pelo filho, Fausto da Costa Pinto de Matos. Excedendo o objetivo inicial, o estudo tentou enquadrar a atividade da chapelaria no tecido económico local, entre as décadas de 1880 e 1960.

PALAVRAS-CHAVE

Casa Fausto; Penafiel; chapelaria; chapeleiro; chapéu.

ABSTRACT

The purpose of this work was to know the history of the last hat shop in the city of Penafiel: Casa Fausto. It is believed that its origins date back to the end of the 19th century, as a small workshop founded by the hatter José Augusto da Silva. His grand-nephew, Fausto Pinto de Matos, known as “Senhor Fausto Chapeleiro”, was the last hatter and saw the workshop be transformed into a commercial establishment, a business that was inherited by his son, Fausto da Costa Pinto de Matos. Exceeding the initial objective, this study tried to frame the activity of manufacture and sale of hats in the local economic context, between the 1880s and the 1960s.

KEYWORDS

Casa Fausto; Penafiel; hatter's craft; hatter; hat.

1. Introdução

As tendências da moda foram sempre o reflexo da importância atribuída à identidade individual ou de classe social, em determinada época. A indumentária obedecia também a normas sociais de apresentação pessoal, muitas vezes influenciadas por modelos estrangeiros, em particular de Paris e Londres, tendência acelerada pela imprensa ilustrada, a partir do século XIX, que contribuiu igualmente para a massificação do gosto entre a burguesia europeia (Santana, 2011, pp. 428-429).

No que respeita à forma de vestir masculina, esta fixou-se no início do século XIX, registando-se apenas pequenas alterações ou adaptações nos pormenores, como os chapéus (Boucher, 1987, p. 402). No Portugal liberal, o traje começa a ser substituído por um “guarda-roupa mais moderno e democrático”, que adotou o chapéu alto como complemento da indumentária cuidada do típico “gentleman” ou “janota”, que quase rivalizava com a feminina, sendo o “dandy” o mais extravagante (Boucher, 1987, pp. 351 e ss.). Com o tempo, a sobriedade e uniformização no traje vão aumentando, embora o chapéu alto, alternado com o chapéu de coco, as luvas e a bengala se tenham mantido como adereços imprescindíveis até ao início do século XX (Santana, 2011, pp. 429-433). Entre os acessórios para a cabeça, surgem os bonés, que podiam tomar variadas formas e eram utilizados sobretudo pelas classes trabalhadoras, na segunda metade do século XIX, tendo o seu uso sido generalizado posteriormente (Boucher, 1987, pp. 402-404).

A entrevista da revista *Vida Mundial Ilustrada*, transcrita abaixo (Guimarães, 1944), esclarece-nos o quanto eram malvistas os “cabeças ao léu”, os “descarapuçados” ou os “deschapelados” (Oliveira, 2002, p. 60), pelo que o uso de chapéu, principalmente entre o sexo masculino, foi um hábito que se manteve, em alguns casos, até aos nossos dias, sendo sinónimo de respeito e elegância o tirar o chapéu como cumprimento a senhoras, amigos e conhecidos.

“**Chapéus há muitos!** Conversámos, dá dias, largamente, com o nosso amigo Martins, proprietário duma chapelaria que tem êste nome, na rua da Misericórdia [Lisboa]. Êste nosso amigo Martins é o que se poderá chamar um autêntico sociólogo da chapelaria. A vida social do chapéu não tem segredos para êle.

– Amigo Martins, há, de facto, uma crise de chapéus? – perguntámos-lhe, a certa altura.

– Não. O que há é uma crise de cabeças. Quere dizer: há muitas cabeças que, decerto por falta de ar, persistem em não querer usar chapéu...

– Apesar de tudo, ainda se vão vendendo?

– Sem dúvida. Mas moles... O chapéu de côco passou de moda. O chapéu alto foi banido como se fôsse um autêntico canudo. Até o chapéu de palha, de aba direita, o chamado «palhinha», que tanta graça e tanta frescura dava à cidade, esse mesmo entrou na história...

– E dos moles qual a côr predominante?

– Depende. No verão, o cinzento claro; no inverno, o cinzento escuro, o castanho e o preto.

- Como encara certas tendências para andar de cabeça à vela?
- Encaro com pessimismo. Não usar chapéu, primeiro, prejudica as chapelarias
- e, depois, concorre para as sinusites. Além disso o chapéu é o complemento do vestuário. Um homem sem chapéu na cabeça deve andar lógicamente em cuecas ou de tanga...

E com esta afirmação nítida e cortante como o aço, demos por finda esta entrevista de se lhe tirar o chapéu!" (Guimarães, 1944).

2. Produção de chapéus nacionais: breve apontamento

No século XVIII, em particular no período pombalino, o fabrico de chapéus era uma das indústrias tradicionais portuguesas que o Estado fomentava. O objetivo era substituir a importação pela produção nacional e, nesse sentido, foram tomadas diversas medidas, como a criação da Real Fábrica de Chapéus de Pombal, por alvará de 24 de março de 1759, na Quinta da Gamela, apontada como a introdutora em Portugal da nova classe de chapéus que usava como matéria-prima, na preparação do feltro, os pelos de castor, vicunha, lebre, coelho, entre outros, em substituição da tradicional lã (Bonifácio, 1980, p. 1; Ramada, 1998, p. 47; 2002, p. 103). No Porto, na nova produção, esta fábrica terá sido seguida pela de Domingos Francisco Guimarães, fundada em data e localização incertas, mas que em 1767 pertencia ao filho, António José Guimarães (Ramada, 1998, pp. 47-48). Seguiram-se outras, também da iniciativa privada, nomeadamente as de Alexis, com capitais de Jácome Ratton, em Elvas, em 1769, e a de Gabriel Millet, em Lisboa, posteriormente adquirida pelo primeiro (Bonifácio, 1980, p. 1; Ramada, 1998, pp. 48, 61). O desenvolvimento desta atividade terá sido significativo, dado que, em 1767, a Junta do Comércio proibiu a exportação de peles de coelho e, em 1770, a importação de chapéus do estrangeiro, incentivando a sua exportação (Bonifácio, 1980, pp. 1-2; Ramada, 1998, p. 48). Em 1814, existiam 35 fábricas de chapéus, 21 das quais concentravam-se em Lisboa, cinco em Torres Vedras e três no Porto (Bonifácio, 1980, p. 2), ou 11, segundo José António R. P. Ramada, aspeto que elevava a chapelaria para a terceira indústria da cidade portuense (Ramada, 1998, pp. 53, 56).

Esta atividade terá entrado em declínio por volta de 1820, depois da perda do mercado brasileiro, acrescida da concorrência de produtos estrangeiros, nomeadamente provenientes de França, Bélgica e Grã-Bretanha, agravada pela revogação da proibição de importação de chapéus (Alvará de 4 de junho de 1825), aspetos que obrigaram a uma reorganização da indústria (Bonifácio, 1980, pp. 1, 13, 20; Ramada, 1998, pp. 48-49). No Porto, essa crise ter-se-á prolongado, efeito provocado pelas lutas liberais (Ramada, 1998, p. 50).

Distinguiu-se entre chapéus grossos, de lã, produzidos até mais tarde nas unidades do Norte, utilizados essencialmente pelos trabalhadores rurais e operários, e finos, de seda e feltro, considerados produtos de luxo, destinados às classes mais abastadas. Na Época Moderna, os chapéus de lã eram produzidos pelos sombreireiros, designados

“sombrieros ou chapéus da terra”, tendo o termo chapeleiro surgido na segunda metade do século XVIII e, no final dessa centúria e início do século XIX, passou a nomear os fabricantes de chapéus finos (Ramada, 2002, p. 103). Também os chapéus de palha eram preferidos pelas classes mais pobres. Estes podiam ser produzidos em casa, de forma artesanal, vendidos porta a porta ou em feiras e mercados do país e a preços mais acessíveis. A mudança dos gostos e da moda ditou a preferência pelos chapéus de pelo ou pelúcia de seda, por volta de 1820, que passaram a ser produzidos em Lisboa, no final de 1824, por Elisa Augusta, modista francesa, e, posteriormente, por José Estevão Lefranc & Companhia e Lindenberg & C.^a, e António Frederico Sternberg e Cândido José Simplício, no Porto (Ramada, 1998, p. 49).

No Inquérito de 1852, era o distrito de Braga que liderava a produção de chapéus, com 28 fábricas; Aveiro estava em segundo lugar, com quatro, tendência que se foi mantendo nas décadas seguintes, sendo que, no Inquérito de 1860, no distrito de Aveiro, trabalhavam 600 pessoas na chapelaria, maioritariamente em oficinas domésticas, como atividade complementar do trabalho agrícola (Bonifácio, 1980, pp. 2-4). No entanto, no caso do Porto, José António R. P. Ramada alerta para a discrepância das estatísticas oficiais. A título de exemplo, refere que o *Almanak Commercial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, embora omitindo duas fábricas, aponta a existência de dez em laboração (Ramada, 1998, p. 56).

Em meados de oitocentos, Lisboa, Porto, Aveiro e Braga eram os principais produtores (Bonifácio, 1980, pp. 2-4), dados confirmados pelo *Inquérito Industrial de 1881*. Embora a utilização de máquinas a vapor tenha tido início em fábricas de Lisboa, esta acaba por se estagnar tecnicamente, permitindo às restantes afirmarem-se como centros produtores (Bonifácio, 1980, p. 6).

No Porto, segundo o mesmo *Inquérito*, funcionavam duas fábricas a vapor de razoável dimensão – a Fábrica da Fontinha, da sociedade Gonçalves, Filhos & Companhia, com 192 operários, e a Fábrica da Firmeza, pertencente à Sociedade Costa Braga & Filhos, com 188 –, que, em conjunto, produziam anualmente 115000 sacos de feltro (chapéus por acabar) e vendiam 185000 chapéus. Estas unidades ainda trabalhavam em regime de complementaridade com o trabalho oficial de média ou muito pequena dimensão (CCDII, 1881, pp. 177-182, 304), embora, quando comparado com o Inquérito de 1890, se registre a tendência para estas se dedicarem apenas aos acabamentos e de abandonarem a produção do feltro (Bonifácio, 1980, pp. 8-9). O Porto era então o principal centro chapeleiro do país, em termos de mecanização e dimensão das unidades fabris, destacando-se a Fábrica Social e a Fábrica Costa Braga e Filhos, antiga Real e Imperial Chapelaria a Vapor, seguido por Braga, onde a Fábrica Silva Taxa se desenvolvera, a par de outras, até de maior dimensão, como a Fábrica Social Bracarense (Bonifácio, 1980, p. 14).

Em Aveiro, nos concelhos de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, mantinha-se uma indústria de chapelaria de cariz rural e artesanal de chapéus em feltro de lã, mais atrasada, se comparada com a da zona de Braga, na mesma época, onde também se produzia em feltro de pelo, com destaque para a Fábrica de J. B. Silva Taxa, que, neste tipo de produção, já dispunha de uma máquina a vapor (Bonifácio, 1980, pp. 10-12).

Ainda em Braga, embora em dificuldades, a Fábrica de José Rodrigues Veiga mantinha a laboração em lã e feltro (Bonifácio, 1980, p. 12). Em Aveiro, no entanto, após a abertura da linha de caminho-de-ferro do Vale do Vouga, a indústria concentrou-se em São João da Madeira, catapultando o distrito, considerado o principal centro produtor em 1917 (Bonifácio, 1980, p. 18).

No trabalho das fábricas, realizado por homens, mulheres e rapazes, distribuídos por oficiais, costureiras e aprendizes, a preparação do pelo era realizada por operários especializados, os fulistas, cujo trabalho constituía um enorme risco para a saúde. “O pello com que se faz o feltro está impregnado de azotato de mercurio, a agua dos tanques centraes das fullas, acidulada com acido sulfúrico, conserva-se á temperatura de 100°, e d’ahi provém o torna-se livre uma certa porção de mercurio, que é absorvido pellos fulistas no seu trabalho de massagem manual. Não são raros os casos de intoxicação mercurial com os peiores syntomas observaveis nas minas d’esse metal”, tarefa que diminuía o tempo de vida destes trabalhadores, que, na Fábrica da Fontinha, geralmente não passavam dos 45 anos de idade (CCDII, 1881, p. 178). Outra consequência física do trabalho destes operários especializados era ostentarem as “unhas negras, deformadas e grossas, muito roídas dos ácidos, a rematar os dedos escaldados”, aspeto que inspirou o romance do sanjoanense João da Silva Correia, *Unhas Negras* (Correia, 2021, p. 52).

O chapeleiro era, contudo, um ofício tradicional e relativamente privilegiado, cuja atividade, “pela perfeição da manufactura, pela importância da produção e por ser um exemplo da transformação fabril de uma antiga indústria popular”, foi uma das melhores indústrias nacionais, entre o final do século XVIII e a década de 1920 (Oliveira, 1957, p. 315; Ramada, 1997, p. 273). Os chapeleiros eram um grupo profissional com acérrima consciência de classe, organizado em várias associações de operários e corporações, que publicou o jornal corporativo *O Chapeleiro*, entre 1 de janeiro de 1896 e as primeiras décadas do século XX, sendo as suas lutas laborais publicadas também no jornal socialista *O Protesto*, mais tarde designado *O Protesto Operário* (Mónica, 1979).

3. Vendedores de chapéus, chapelarias e chapeleiros em Penafiel

Inicialmente, “os termos sombreireiro e chapeleiro designavam quase indistintamente os fabricantes de chapéus”, mas também os vendedores de chapéus podiam ser considerados chapeleiros, embora fossem igualmente vendidos por outros comerciantes (Ramada, 1998, p. 45). Os sombreireiros faziam os sombreiros e chapéus de lã ou grossos, geralmente em preto, branco ou cor parda (Ramada, 1998, p. 47). No Porto, exemplo mais próximo da área aqui tratada, a produção de chapéus está documentada desde meados do século XIV (Viterbo, 1909, p. 266) até à década de 1940, tendo o período de maior desenvolvimento decorrido entre cerca de 1790 e 1920 (Ramada, 1998, p. 45). Em Penafiel, encontramos Gaspar de Sousa, sombreireiro, em 1653 (ADPRT, 1585-1671, fls. 864-867v), e João de Barros, por volta da mesma época (ADPRT, 1667-1669,

fls. 359, 365). Nos estudos demográficos realizados para o século XVIII, registaram-se mais quatro sombreireiros (Santos, 1979, pp. 69, 104, 113) e um chapeleiro (Duarte, 1974, p. 133). Esta atividade não foi, contudo, abrangida pelos regimentos dos ofícios (Soeiro, 1993), nem o Livro do arruamento de 1762 os menciona entre os proprietários e moradores do lugar de Arrifana de Sousa¹ (Bernardo, 2012, p. 157), pese embora o facto de, nos *Acórdãos da Câmara*, referirem o assento dos sombreireiros na feira com o valor de 100rs (ADPNF, 1751-1791a; 1751-1791b). No entanto, os chapéus também vinham de outras proveniências para os mercados locais. Em 1815, António de Almeida, ilustre médico e historiador, morador na cidade de Penafiel, na referência à antiga feira que se realizava no domingo do Espírito Santo, que, segundo o autor, “haverá quarenta anos entrou a cair em decadência, em nossos dias esta quase extinta, participavam apenas alguns chapeleiros de Braga, Ourives do Porto, e Tendeiros da cidade e vizinhanças”, acrescentando que os chapeleiros também deixariam de vir, dado que a feira em Braga tinha sido restabelecida (Almeida, 1815, fls. 29-30 citado em Soeiro, 1993, p. 250). Na concorrida feira de S. Martinho de 1827, por outro lado, constavam 33 lojas de chapeleiros – 15 de chapéus finos e 18 de grossos (Almeida, 1815, fl. 99 citado em Soeiro, 1993, p. 280).

No “Mappa demonstrativo do preço medio dos salarios dos operários”, incluído no *Relatorio apresentado á Junta Geral do Districto do Porto...*, respeitante a 1856, apenas os concelhos do Vila Nova de Gaia, Porto e Penafiel indicaram valores para a jorna de chapeleiro, respetivamente 400rs, no primeiro, e 300rs nos restantes, indício de que era exercida. Esta retribuição era, em Penafiel, superior à de outros ofícios muito solicitados (caldeireiros, carpinteiros, funileiros, latoeiros, pedreiros, sapateiros e trolhas), igual ao valor recebido por espingardeiros, ferreiros, marceneiros e serralheiros, e inferior ao dos entalhadores (340rs) e ourives (600rs) (Governo Civil do Porto, 1857)².

Os registos paroquiais, entre as décadas de 1880 e 1911, e os recenseamentos eleitorais (1836, 1862, 1871, 1879, 1881, 1894, 1901, 1902, 1923 e 1936) identificam sete chapeleiros residentes ou a trabalhar no centro da cidade, a que se juntam duas modistas de chapéus femininos e mais dois chapeleiros nas décadas de 1940/1960, anunciados nos periódicos locais. A maioria estava instalada no principal espaço comercial da cidade, a rua Formosa, ou avenida Sacadura Cabral, designação que lhe é atribuída a partir de 1924.

De notar, contudo, que, no *Inquérito Industrial de 1881*, os sombreireiros/chapeleiros não foram considerados no “Mappa geral das pequenas industrias dos concelhos ruraes” (CCDII, 1881, pp. 18-25). A este défice de informação acresce ainda o facto de o concelho de Penafiel não ter respondido ao Inquérito de 1890.

Uma lista dos estabelecimentos comerciais da cidade de Penafiel publicada em 20 de abril de 1864 (O Século XIX, 1864c) não refere chapelarias, mas publicita um “Depósito de chapéus” situado na rua Formosa, n.º 1, de Vitorino Moreira de Sousa, e a chegada de “um bonito e variado sortimento de chapéus de feltro da acreditada fabrica

¹ Freguesia e vila de Arrifana de Sousa até à elevação a cidade, em 1770, que lhe altera o nome para Penafiel.

² Agradeço à Professora Doutora Teresa Soeiro todos os esclarecimentos prestados.

Quadro 1. Comerciantes de chapéus e chapeleiros entre o final do século XIX e o século XX, em Penafiel.

Data	Nome/ Estabelecimento	Profissão	Morada	Estado civil	Nome do cônjuge	Idade	Notas	Fonte
Vitorino Moreira de Sousa, negociante								
1862	Depósito de chapéus, rua Formosa, n.º 1	Negociante	Rua Formosa	Casado	-	33	1.740 (prédios arrendados e indústria), 1.600 (côngrua); 1.ª letras, eleitor.	AMPNF (1862b, fl. 37)
1864, 20 de abril		-	-	-	-	-	Vendia chapéus de feltro de F. Costa Roxo.	O Século XIX (1864c)
1881		-	-	-	-	42	Elegível para cargos locais.	AMPNF (1881b, fl. 155v)
1894		Proprietário	Rua Formosa	Casado	-	65 (?)	Eleitor e elegível para cargos locais.	AMPNF (1894c, fl. 162v)
1901		-	-	-	-	65	38.885 (contribuições); elegível.	AMPNF (1901b, fl. 47v)
Bento Coelho da Silva, negociante								
1862	Armazém de modas de Bento Coelho da Silva, Praça Municipal, n.º 2	Negociante	Praça Municipal	Solteiro	-	26	1.750 (prédios arrendados e indústria); 500 (côngrua); 1.ª letras; eleitor; jurado.	AMPNF (1862a, fl. 33)
1864/1865		-	Praça Municipal	-	-	-	Armazém de modas, onde também vende chapéus.	O Século XIX (1864a, 1865)
Joaquim Baltazar Pereira Guimarães, negociante								
1879	Depósito de chapéus de Joaquim Baltazar Pereira Guimarães	Negociante	Rua Formosa	Casado	-	25	3.000 (contribuições); elegível para cargos locais; sabe ler e escrever.	AMPNF (1879, fl. 36v)
1881						27	3.000 (contribuições); elegível para cargos locais; sabe ler e escrever.	AMPNF (1881b, fl. 143v)
1882, 10 de maio						-	-	-
1883, 3 de junho	Loja da Mão Dourada	-	-	-	-	-	O Commercio de Penafiel (1883)	
1885, fevereiro	Chapelaria Penafidense, de Joaquim Baltazar e C.ª	-	-	-	-	-	Rua Formosa n.º 143 a 147; depósito ou fábrica (?).	O Commercio de Penafiel (1885a, 1885b)
António José Cerqueira da Silva Braga, chapeleiro em Braga (faleceu em Penafiel)								
1890, 23 de novembro	António José Cerqueira da Silva Braga	Chapeleiro	São Vitor, Braga	Casado	Ana Maria	42	Faleceu subitamente na rua Alfredo Pereira, em Penafiel.	ADPRT (1890a)



Quadro 1. Comerciantes de chapéus e chapeleiros entre o final do século XIX e o século XX, em Penafiel (cont.).

Data	Nome/ Estabelecimento	Profissão	Morada	Estado civil	Nome do cônjuge	Idade	Notas	Fonte
Bernardino Pereira da Fonseca, chapeleiro								
1894	Bernardino Pereira da Fonseca	Chapeleiro	Rua Formosa	Casado	-	38	Eleitor; sabe ler e escrever.	AMPNF (1894a, fl. 149v)
José Augusto da Silva, chapeleiro								
1894	José Augusto da Silva	Chapeleiro	Rua Formosa	Casado	-	45 [35]	30.000 (contribuições); eleitor; sabe ler e escrever.	AMPNF (1894a, fl. 149v)
1901						40	29.047 (contribuições).	AMPNF (1901b, fl. 41v)
1902						41	29.047 (contribuições); elegível para cargos locais.	AMPNF (1902, fl. 40v)
1923						59	-	AMPNF (1923c, fl. 12v)
1925	Chapelaria de José Augusto da Silva	-	-	-	-	-	Referência a duas chapelarias de Penafiel, sendo a outra a de Américo Martins.	(S.a., 1925).
António Aires Gomes, oficial de chapeleiro								
1897, 28 de novembro	António Aires Gomes	Oficial de chapeleiro	Rua do Carmo	Casado	Luzia Rita da Silva	19	-	ADPRT (1897a)
Augusta Adelaide da Silva (viúva de José Augusto Silva), industrial/comerciante								
1936	Chapelaria da viúva de José Augusto Silva	-	-	-	-	-	Publicidade.	Afonso (1936, pp. 56, 60)
1946-1953	José A. da Silva, a viúva (chapéus)	-	-	-	-	-	Contribuição industrial.	(S.a., 1946-1953)
Teresa de Jesus Simões Rocha, modista de chapéus								
1901	-	Modista de chapéus	Rua Direita	Casada	Américo da Rocha P... (?)	-	Registo de óbito do filho Carlos, de dois meses.	ADPRT (1901)



Quadro 1. Comerciantes de chapéus e chapeleiros entre o final do século XIX e o século XX, em Penafiel (cont.).

Data	Nome/ Estabelecimento	Profissão	Morada	Estado civil	Nome do cônjuge	Idade	Notas	Fonte
Joaquim de Sousa Martins, chapeleiro								
1901	Joaquim de Sousa Martins	Chapeleiro	Rua Formosa	Casado	-	35	10.137 (contribuições).	AMPNF (1901a, fl. 40v)
1902						36	10.137 (contribuições); elegível para cargos locais.	AMPNF (1901a, fl. 40v)
1923						55	-	AMPNF (1923b, fl. 12)
José da Costa, chapeleiro								
1915	José da Costa	Chapeleiro	Travessa da Fábrica	Casado	Cinira Pereira de Melo	21	Sobrinho e afilhado de José Augusto da Silva.	ADP (1931, fls. 33-34v)
Américo Martins, industrial (chapeleiro)								
1916, dezembro	Chapelaria High-Life de Américo Martins	-	Rua Formosa, n.º 175	-	-	-	Chapelaria na Rua Formosa, n.º 175.	O Commercio de Penafiel (1916); AMPNF (1916)
1923	Américo Martins	Industrial	Rua Formosa	Casado	-	41	Elegível.	AMPNF (1923a, fl. 7)
1925	Chapelaria de Américo Martins	-	-	-	-	-	Referência às duas chapelarias de Penafiel, sendo a outra a de José Augusto da Silva.	(S.a., 1925)
1926	Chapelaria Martins	-	Avenida Sacadura Cabral, s/n	-	-	-	Publicidade.	O Povo de Penafiel (1926)
Aida Fernandes de Vasconcelos, modista de chapéus – Casa Confiança, de José Aires Gomes								
1934	Modista (de chapéus) – Aida Fernandes de Vasconcelos	-	Avenida Sacadura Cabral, n.º 75	-	-	-	Publicidade.	Afonso (1936, pp. 56, 60); O Povo de Penafiel (1934)
1935	Atelier de chapéus de Aida Fernandes de Vasconcelos Aires, na Casa Confiança, de José Aires Gomes	-	Avenida Sacadura Cabral	-	-	-	Publicidade.	Afonso (1935, p. 45)



Quadro 1. Comerciantes de chapéus e chapeleiros entre o final do século XIX e o século XX, em Penafiel (cont.).

Data	Nome/ Estabelecimento	Profissão	Morada	Estado civil	Nome do cônjuge	Idade	Notas	Fonte
Gaspar da Silva Pereira, chapeleiro/negociante (?)								
1946-1953	G. da Silva Pereira (chapéus)	-	-	-	-	-	Contribuição industrial.	S.a., 1946-1953)
1964	Chapelaria Casa Ibéria	-	-	-	-	-	Publicidade.	Notícias de Penafiel (1963)
Fausto Pinto de Matos, chapeleiro								
1962, 28 de dezembro	Casa Fausto	-	Avenida Sacadura Cabral, n.º 111 a 115	-	-	-	Publicidade.	Notícias de Penafiel (1962)



Figura 1. Rua Formosa, início do século XX (Pacheco & C.ª, início do século XX).

do snr. F. Costa Roxo, que vende por Junto e a retalho”, e também chapéus de palha, para senhoras e homens. Esta mercadoria seria proveniente de uma afamada fábrica de Lisboa, de Francisco da Costa Roxo, de quem descendeu Agostinho Roxo, “um dos maiores industriais de chapelaria de meados do século” XIX, cuja fábrica foi adquirida pela firma Macedo e Luz, e encerrada em 1914 (Bonifácio, 1980, pp. 3, 7-8, 16; Ramada, 1998, p. 50). A Vitorino Moreira de Sousa, de 33 anos, casado e residente na rua Formosa, recenseado como negociante, em 1862, são-lhe atribuídos 1740rs de contribuições, no que respeitava a prédios arrendados e indústria (AMPNF, 1862b, fl. 37), mantendo-se ativo nos anos seguintes (AMPNF, 1881a, fl. 155v; 1894c, fl. 162v), ampliando o negócio, considerando o valor que lhe é imputado em 1901, já com 65 anos e proprietário, num total de 33885rs (AMPNF, 1901c, fl. 47v).

No mesmo ano de 1864, anuncia-se o armazém de modas de Bento Coelho da Silva, onde os fregueses podiam encontrar “um rico e variadissimo sortimento de todas as fazendas próprias da estação, incluindo casimiras dos mais modernos gostos, e chapeus, para homem, da última moda”, com os preços “mais rasoaveis”. Em julho é divulgava a chegada de “um lindo sortido de chapéus de palha, tanto para homem como para senhora” (O Século XIX, 1864a, 1864b) ao armazém situado na praça Municipal n.º 2 (O Século XIX, 1865). Em 1862, este negociante, de 26 anos, solteiro e residente na rua Formosa, estava recenseado com 1750rs de contribuições, referentes a prédios arrendados e indústria (AMPNF, 1862a, fl. 33).

Em 1879, a Joaquim Baltasar Pereira Guimarães, com 25 anos, casado, negociante e residente na rua Formosa, o recenseamento confere-lhe 3000rs, relativos ao valor de incidência das contribuições (AMPNF, 1879, fl. 36v), e anunciava, em 1882, na



Figura 2. Anúncio do depósito de chapéus de Joaquim Baltazar Pereira Guimarães (O Commercio de Penafiel, 1882).

rua Formosa, n.º 45 a 49, um depósito de chapéus para senhora e criança “feitos na primeira modista da cidade do Porto”, que também vendia “um completo sortido de lãs para vestidos, alta novidade, e para todos os preços. Um bonito sortido de laços para senhora, marquesinhas, romeiros, gollas modernas, e muitos outros artigos de novidade” (O Commercio de Penafiel, 1882).

Em 1883, o negócio era apelidado “Loja da Mão Dourada” (O Commercio de Penafiel, 1883) e, em 1885, “Chapelaria Penafidelense”, de Joaquim Baltazar & C.^a, com nova morada, no n.º 143 a 147 da mesma rua (O Commercio de Penafiel, 1885a, 1885b). “Este importante estabelecimento, o único n’este genero

CHAPELERIA
PENAFIDELENSE
JOAQUIM BALTAZAR & C.^a
143—RUA FORMOSA—147

Este importante estabelecimento, o unico n'este genero que existe entre nós, abriu ultimamente e está montado de modo a satisfazer todas as requisições.

ULTIMA NOVIDADE

CHAPÉU PENAFIDELENSE

Satisfação prompta de todas as encomendas. Garantia da boa qualidade dos seus productos. Descontos para revender.

(567)

CHAPELERIA
PENAFIDELENSE



JOAQUIM BALTAZAR & C.^a
143 = Rua Formosa = 147

ESTE importante estabelecimento, o unico n'este genero que existe entre nós, abriu ultimamente e está montado de modo a satisfazer todas as requisições.

ULTIMA NOVIDADE

Chapéu Penafidense

Satisfação prompta de todas as encomendas. Garantia da boa qualidade dos seus productos. Descontos para revender.

(2:459)

Figuras 3 e 4. Anúncios da Chapeleria Penafidense de Joaquim Baltazar & C.^a (O Commercio de Penafiel, 1885a, 1885b).

que existe entre nós, abriu ultimamente e está montado de modo a satisfazer todas as requisições. ULTIMA NOVIDADE: CHAPÉU PENAFIDELENSE Satisfação prompta de todas as encomendas. Garantia da boa qualidade dos seus productos. Descontos a revender”. O texto não esclarece se se tratava de um espaço comercial que vendia chapéus ou se também os produzia, tendo em conta que, segundo o anúncio, seria “o único n'este género” em Penafiel. Porém, no recenseamento, ao seu proprietário é atribuída a profissão de negociante e não a de chapeleiro ou industrial (AMPNF, 1881b, fl. 143v).

A 19 de julho de 1884 e a 3 de janeiro de 1885, publicita-se a “Fábrica de Chapéus Portuense” em Lamego, de Artur Pereira da Costa, instalada na rua de Almacave, n.º 25 a 27, em frente à Igreja de São Francisco, referindo-se que “A longa prática que o proprietario d'esta fabrica obteve nas principaes casas do Porto, aonde estudou durante 14 annos habilitaram-n'º para que os productos sahidos do seu estabelecimento podessem competir com os primeiros do paiz. O grande sortido de chapéus que sempre tem em deposito, autorizam o a satisfazer todas as encomendas que lhe sejam feitas, quer por junto quer a retalho. A tabela dos seus preços é a mais económica possível para o consumidor”. Anuncia ainda a última novidade, o chapéu à Macário de Castro, que recomenda “pela sua extrema leveza e especial qualidade de obra prima”, que executava de acordo com o gosto do freguês, homem, mulher ou criança (O Commercio de Penafiel, 1884; 1885c).

FABRICA
DE
CHAPEUS PORTUENSE
EM LAMEGO
DE
Arthur Pereira da Costa
25, Rua d'Almacave, 27

A longa prática que o proprietario d'esta fabrica obteve nas principaes casas do Porto, aonde estudou durante 14 annos habilitaram-n'o para que os productos sahidos do seu estabelecimento podessem competir com os primeiros do paiz.

O grande sortido de chapéus que sempre tem em deposito, auctorisam o a satisfazer todas as encommendas que lhe sejam feitas, quer por junto quer a retalho.

A tabella dos seus preços é a mais economica possivel para o consumidor.

ULTIMA NOVIDADE
Chapeu á Macario de Castro

Este chapeu torna-se recommendado pela sua extrema leveza e especial qualidade de obra prima.

Executa-se todos os modelos, á vontade do freguez, tanto para homem como para senhora ou creança.

Pede-se ao publico para que visite este estabelecimento afim de se convencer da veracidade do que avançamos. (2:270)

Figura 5. Anúncio da Fábrica de Chapéus Portuense, em Lamego (O Commercio de Penafiel, 1885c).

Esta publicidade apenas se mantém até ao final de fevereiro desse ano. Fausto Matos, atual proprietário da Casa Fausto referiu que o pai, Fausto Pinto de Matos, ia muitas vezes a outra chapelaria associada à firma “Viúva de José Augusto da Silva”, que possuía em Lamego, e cuja exploração foi entregue a um primo. Contudo, não foi possível apurar se esse estabelecimento teria alguma relação com a fábrica publicitada em 1885. No entanto, em 1960, o jornal *A Republica* anunciava a “CHAPELARIA Viuva de José Augusto da Silva, Suc.res Avenida Sacadura Cabral, 117”, em Penafiel, com “FILLIAL EM LAMEGO; Chapelaria FAUSTO” (*A República*, 1960).

O chapeleiro António José Cerqueira da Silva Braga, casado, filho de Domingos José Cerqueira e Ana Maria, natural de São Vitor (Braga), faleceu subitamente, com 42 anos, numa casa na rua Alfredo Pereira, a 23 de novembro de 1890, e foi sepultado no cemitério de Penafiel (ADPRT, 1890a; AMPNF, 1890-1909). Trata-se de um dos fundadores de uma das mais antigas chapelarias da cidade de Braga, a Fábrica Social Bracarense, criada em 1866, e a primeira com fabrico a vapor de chapéus de feltro de pelo, sob a firma Taxa, Bahia, Cerqueira & Pacheco, nome que inclui os apelidos dos restantes sócios: José Baptista da Silva Taxa (fundador da Fábrica Taxa, também em Braga, em

1851), António José Rodrigues Bahia e Manuel Soares Pacheco (Araújo, 1900, pp. 18-19, 26). O motivo da estadia deste chapeleiro mantém-se uma incógnita. Mas é curiosa a coincidência, considerando que é por esta época que José Augusto da Silva instala a sua chapelaria na cidade de Penafiel.

Residentes em Penafiel já em 1889/1890 são dois os chapeleiros recenseados em 1894: Bernardino Pereira da Fonseca, com morada na rua Formosa, casado, com 28 anos, sem mais informação (AMPNF, 1894a, fl. 149v), e José Augusto da Silva, também casado e residente na mesma rua Formosa, com 35 anos e 30000rs relativos ao valor de incidência das respetivas contribuições (AMPNF, 1894b, fls. 155v-156).

Bernardino Pereira da Fonseca nasceu a 23 de junho de 1865, na freguesia de Santa Marinha da Pedreira, do concelho de Silgueiros (Felgueiras), filho de lavradores e neto de um tamanqueiro (ADPRT, 1865), pelo que não herdou o ofício que exercia. A 25 de fevereiro de 1889, casou na freguesia de Penafiel, com Teresa Pereira de Melo, de 18 anos, costureira, natural da mesma paróquia, com morada na rua do Carmo, e ele com 25 anos, já chapeleiro e residente na rua Formosa (ADPRT, 1889). O casal teve vários filhos, muitos apadrinhados por José Augusto da Silva e pela mulher, tendo uma das filhas, Cinira Pereira de Melo, casado com um sobrinho destes, José da Costa, natural de Viseu (ADVIS, 1893, fl. 136), também chapeleiro, residente na travessa da Fábrica, em 1915 (CRCP, 1915). José da Costa e Cinira foram pais de Sílvia da Costa (ADPRT, 1891a), neta de Bernardino, a mesma que herdará a chapelaria (futura Casa Fausto) de José Augusto da Silva, seu tio, após o falecimento da mulher, Augusta Adelaide da Silva, em 1941 (CRCP, 1941).

O chapeleiro Joaquim de Sousa Martins, nascido em Miragaia, no Porto, a 26 de agosto de 1868 (ADPRT, 1868), residia em Penafiel, na rua Formosa, em 1896, quando baptizou o filho Augusto, que teve por padrinhos José Augusto da Silva e a mulher (ADPRT, 1896b). Joaquim de Sousa Martins, filho de Vitorino Martins, natural da Galiza, e de Luísa de Sousa, de Vila Nova de Famalicão, casou a 4 de março de 1896, aos 27 anos, com Maria Paz Gil, de Santiago de Ribarteme (Espanha), filha de Bento Paz e de Francisca Gil, com a mesma naturalidade, sendo uma das testemunhas, novamente, José Augusto da Silva (ADPRT, 1896c). Aparentemente, Joaquim manteve a mesma atividade de 1901 a 1923 (AMPNF, 1901a, fl. 40v; 1923b, fl. 12). Em 1897, no batizado da filha Maria, a mulher era dona de hospedaria e os padrinhos, Vicente Paz e a mulher, Francisca da Rocha, donos de hotel (ADPRT, 1897b).

António Aires Gomes, oficial de chapeleiro, nasceu em Penafiel, a 3 de novembro de 1878, filho de Joaquim Aires Gomes, então jornaleiro, natural de Vale de Afonsinho, em Figueira de Castelo Rodrigo, e de Margarida Rosa, de Rande (hoje Milhundos, Penafiel), botequineiros (ADPRT, 1878; 1881; 1885), avós maternos de Fausto Pinto de Matos. Em 1896, com 18 anos, residente na rua Direita, António Aires Gomes casou com Luzia Rita da Silva, de 17 anos (ADPRT, 1896a), e faleceu a 30 de novembro de 1900, na rua Formosa (ADPRT, 1897a; 1900).

Por volta do mesmo ano, vivia na rua Direita da cidade de Penafiel Teresa de Jesus Simões Rocha, modista de chapéus, natural de São Nicolau, no Porto (ADPRT, 1901).



Figuras 6 e 7. Anúncios da Chapelaria High-Life (*O Comercio de Penafiel*, 1916) ou Martins (*O Povo de Penafiel*, 1926).

Em dezembro de 1916, abriu a Chapelaria High-Life, na rua Formosa, “Com um grande e bem escolhido sortido de chapéus da ultima criação da moda, chapéus para senhora, (genero ligeiro), modelos finos para creança, côcos e chapéus molles, *bonets* nacionais e estrangeiros. Grande sortido de guarda-chuvas e bengalas. Artigos para militares” (*O Comercio de Penafiel*, 1916). Este estabelecimento, situado no n.º 175 da rua Formosa, pertencia a Américo Martins, que pretendeu colocar uma tabuleta na fachada com “CHAPELARIA HIGH LIFE” (AMPNF, 1916). Pelo recenseamento de 1923, sabemos que tinha 41 anos, era casado, industrial e residente na rua Formosa (AMPNF, 1923a, fl. 7). *O Povo de Penafiel*, de 28 de fevereiro de 1926 (n.º 5), publicita a “Chapelaria Martins”, situada na avenida Sacadura Cabral, sem menção ao número de polícia. No *Almanaque Comercial e Industrial do Porto* de 1925, as chapelarias de Américo Martins e de José Augusto da Silva são as únicas referenciadas para o município de Penafiel (S.a., 1925, p. 49).

Na noite de 25 para 26 de janeiro de 1937, deflagrou um incêndio no Hotel Avenida, na avenida Sacadura Cabral, onde hoje está o banco Millennium BCP, que devorou todo o edifício, e nem a chapelaria no rés-do-chão se salvou (*O Tempo*, 1937). Possivelmente, a Chapelaria Martins, cujos números de polícia parecem corresponder aos deste edifício. Aliás, na cidade de Penafiel, várias chapelarias estavam instaladas em hospedarias e hotéis.

Os almanaques de 1935 e 1936 apenas referem a chapelaria da “viúva de José Augusto Silva”, que havia falecido em 1927 (CRCP, 1927), e a modista de chapéus Aida Fernandes de Vasconcelos (Afonso, 1935, pp. 45, 56; 1936, pp. 56, 60). Esta última tinha um “Atelier de Chapéus para senhora e criança” no n.º 75 da mesma avenida. “No estabelecimento da Casa Confiança de José Aires Gomes [...] encontra-se um bem montado atelier de chapéus para senhora e criança, dirigido por Aida Fernanda de Vasconcelos Aires, com longa prática nos principais ateliers do Porto, que a preços módicos executa e reforma os modelos de chapéus pelos últimos figurinos. Nas aberturas de estação encontram-se na exposição da *Casa Confiança*, os últimos modelos, a-fim-de todos poderem admirar os trabalhos deste atelier e as últimas criações da *Moda*” (O Povo de Penafiel, 1934; Afonso, 1935, pp. 44-45). José Aires Gomes era tio de Fausto Pinto de Matos e irmão de António Aires Gomes, oficial de chapeleiro (ADPRT, 1887). A Casa Confiança, em que este atelier de chapéus estava integrado, vendia também “um completo sortido de camisaria, casimiras para fatos e sobretudos, desde o mais modesto cheviote ao mais fino estambe de Coimbra”. Tinha ainda uma alfaiataria anexa, dirigida pelo mesmo proprietário, onde se fabricavam os “afamados capotes alentejanos”, que fornecia “para uma grande parte do país” (Afonso, 1935, pp. 44-45).

Em 1946, a Comissão³ que determinava o rendimento tributável em sede de contribuição industrial referente à classe de mercador de chapéus para homem tem em consideração os contribuintes “José A. da Silva, a viúva e G. da Silva Pereira”, sendo que, desse ano ao de 1948, o primeiro tinha um rendimento estimado de 10000\$00 e o segundo de 10500\$00, estando iguados em 1950 e 1951-1952, mas agora na companhia de um terceiro interveniente, Augusto José da Silva, com apenas 1000\$00. Chegados a 1953, a Comissão reconhece a tendência de valorização do negócio que pertenceu a José Augusto da Silva, aumentando o valor estimado em 50\$00 (11000\$00), enquanto a Gaspar da Silva Pereira (Chapelaria Ibéria) diminuiu o mesmo valor, atendendo à diminuição do negócio (10000\$00); o de Augusto José da Silva permanecia inalterado (S.a., 1946-1953).

Em 1962, a 28 de dezembro, encontramos a Casa Fausto publicitada na imprensa local, instalada, tal como hoje, na avenida Sacadura Cabral, n.º 111 a 115, nomeando-se “A CASA MAIS ANTIGA Sempre com os artigos mais modernos” entre malhas, chapelaria, camisaria e gravataria (Notícias de Penafiel, 1962). Por volta da mesma época, também a Chapelaria Casa Ibéria funcionava na avenida, ambas publicitadas em 1963 (Notícias de Penafiel, 1963). O nome desta última está hoje gravado no passeio, à entrada do edifício com os números 173 a 181, da avenida Sacadura Cabral, publicidade que o proprietário, Gaspar Pereira da Silva, requereu à Câmara Municipal para colocar, em 1946 (AMPNF, 1946-1947).

³ Comissão estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 24916 – Diário do Governo n.º 8/1935, Série I, de 10 de janeiro, composta por três membros – o chefe da repartição de finanças, um delegado do diretor de finanças e um outro indicado pelo respetivo grémio ou por um representante de cada classe de contribuintes –, que estabelecia os rendimentos tributáveis, registados nas atas de cada reunião. Os dados aqui apresentados foram retirados das atas das reuniões referentes aos anos citados, que se encontram em posse particular.

MALHAS CHAPELARIA

FAUSTO

A CASA MAIS ANTIGA

Sempre com os artigos
mais modernos

CAMISARIA GRAVATARIA

111—Av. Sacadura Cabral—115

PENAFIEL

Figura 8. Anúncio da Casa Fausto (Notícias de Penafiel, 1962).

Chapelaria * Camisaria * Malhas * Miudezas

uma casa onde devem fazer as suas compras

O seu novo proprietário **J. COSTA FERNANDES**
agradece uma visita e garante-lhe
o tempo bem aproveitado

CASA IBÉRIA

Avenida Sacadura Cabral, 179 — Telefone, 126

PENAFIEL

V.ª de José Augusto da Silva, Suc.ª

EXCLUSIVOS

FAUSTO

Chapeus Camisas Gravatas Malhas Miudezas

Oficina própria para todos os serviços de chapelaria

Conta-se esta parte de homem e mulher

FAUSTO Av. Sacadura Cabral, 111 e 117
TELEFONE, 192

PENAFIEL

Figura 9. Anúncios da Casa Ibéria e Casa Fausto (Notícias de Penafiel, 1963).

4. Casa Fausto

A Casa Fausto foi, contudo, uma oficina artesanal de produção de chapéus⁴ e é a última chapelaria da cidade de Penafiel. Há quem ainda se recorde da simpática figura do “Senhor Fausto Chapeleiro”, como era conhecido Fausto Pinto de Matos, diariamente à entrada do seu estabelecimento. Falecido em 2007, deixou o negócio ao filho, Fausto da Costa Pinto de Matos, comércio que, ainda em vida do seu pai, se restringiu à comercialização e reparação de chapéus, sem os fabricar. A casa produzia, essencialmente, chapéus masculinos, em feltro, de modelo com aba, mais clássico e urbano⁵. Atualmente, como outras chapelarias do país que foram obrigadas a reinventarem-se, a Casa Fausto alargou a sua oferta e incluiu roupa masculina e feminina entre os produtos comercializados.

A chapelaria, sem o nome atual, terá sido fundada por José Augusto da Silva, nascido em 1859, na freguesia de Viseu Ocidental, do concelho homónimo, filho de João da Silva, barbeiro, e de Maria Joaquina, doméstica, também daí naturais (CRCP, 1927). Aparentemente, em 1893, José Augusto da Silva ainda exercia a profissão na cidade de Viseu⁶, onde, a 13 de junho, com a mulher, Augusta Adelaide da Silva, foram padrinhos de um sobrinho, José da Costa, filho de Francisco António da Costa e Cristina Cândida de Almeida (ADVIS, 1893, fl. 136). No entanto, a sua relação com Penafiel é anterior, dado que a mulher, já casada, foi aqui madrinha, em 1890 (ADPRT, 1890b), e os dois foram padrinhos, em março de 1891 (ADPRT, 1891b). Em 1894, aos 35 anos, José Augusto da Silva residia em Penafiel, na rua Formosa, recenseado como chapeleiro, letrado e elegível para cargos distritais, municipais e paroquiais (AMPNF, 1894b, fls. 155v-156). Terá sido no início da década de 1890 que fundou a chapelaria, embora aparentemente não tenha sido publicitada na imprensa local. Quando se fixou em Penafiel, já era casado



Figura 10. Chapéu com aba, Casa Fausto (M. Ribeiro /MMPNF).

⁴ A distinção entre oficina e fábrica não é pacífica em diversas atividades. Mesmo após a extinção da Junta do Comércio, a partir de 1834, as designações continuam a confundir-se. De acordo com o Inquérito industrial de 1880, as pequenas chapelarias também se apelidavam de “lojas-oficinas de apropriação”, isto é, que adquiriam os feltros às fábricas, faziam os acabamentos manualmente e colocavam à venda os chapéus prontos nos respetivos estabelecimentos (Bonifácio, 1980, p. 9; Ramada, 1997, pp. 275-276).

⁵ Que corresponderá ao modelo 1016 produzido na indústria de São João da Madeira (Menezes, 2003).

⁶ Em 1854, entre os produtos vendidos na feira de São Mateus estavam os chapéus provenientes do próprio concelho de Viseu, de Lamego e Braga (Justino, 1988, p. 292). No *Mappa estatístico oficial dos objectos expostos á venda na FEIRA FRANCA de Viseu em Setembro de 1886*, e valor das vendas n'ella realizadas figuram dez estabelecimentos de chapeleiros cujos produtos orçavam em 12000rs e em 2500rs o valor das vendas (Leal, 1890, p. 1555).



Figura 11. José Augusto da Silva e a mulher, Augusta Adelaide da Silva (Matos, anterior a 1927).

com Augusta Adelaide da Silva, nascida a 6 de março de 1857, filha de Constantino de Almeida, industrial/barbeiro, e de Maria Joaquina de Figueiredo (ou Maria Joaquina Pereira Nunes), moradores no lugar de Sangemil, freguesia da Ínsua, o pai daí natural, e a mãe do lugar e freguesia das Antas de Penalva, do concelho de Penalva do Castelo, todos do distrito de Viseu (ADVIS, 1857, fl. 184v).

Na reunião de comerciantes para a criação de uma associação comercial, realizada a 1 de dezembro de 1894, sessão presidida por José Maria Pinto Monteiro e secretariada por Francisco Sá Pereira e António Fortunado da Silva, discutiu-se a agregação das designações “industrial e agrícola”, que passaria a nomear-se “Associação Commercial, Industrial e Agrícola Penafidelense”. Presente neste evento, José Augusto da Silva aplaudiu a

iniciativa e agradeceu a honra “de ser incluída na associação a classe industrial”, de que fazia parte (O Commercio de Penafiel, 1884).

A chapelaria estaria instalada no rés-do-chão do antigo Hotel Avelino, inaugurado a 1 de outubro de 1892 (O Penafidelense, 1892), cuja área de implantação figura na planta geral da cidade de Penafiel, precisamente datada do final do século XIX (Soeiro, 1993, p. 319), edifício registado na Conservatória do Registo Predial, em 1922 (CRPP, 1922, fl. 131v; 1923, fl. 45; AMPNF, 1962, fls. 8v-14). Desconhecemos, contudo, se a oficina teve instalações anteriores, considerando que, por volta de 1890/1891, José Augusto da Silva e a esposa já mantinham relações familiares em Penafiel, tal como outros chapeleiros.



Figura 12. Anúncio do Hotel Avelino (O Penafidelense, 1892).



Figura 13. Avenida Sacadura Cabral, n.º 109 a 119, antigo Hotel Avelino, com a Casa Fausto no pavimento térreo (M. Ribeiro/MMPNF).

Em 1910, José Augusto da Silva continuava a residir e exercer a indústria de chapeleiro no rés-do-chão de um prédio da rua Formosa, então sem número de polícia, onde se havia estabelecido há mais de dez anos, segundo um contrato de arrendamento realizado a 29 de dezembro desse mesmo ano⁷. De acordo com o documento, como arrendatário do rés-do-chão e quintal murado, que correspondia “às cinco portadas, do lado direito” do prédio, José Augusto da Silva pagava 60000rs a António Neto da Silva Freitas, proprietário do edifício, morador na Casa do Carvalho, em Lousada. O mesmo contrato contemplava mais dois arrendatários do mesmo prédio, a saber: D. Carlota Augusta de Magalhães Correia Barbosa, viúva, que arrendou por 45000rs o lado esquerdo do edifício, que correspondia ao rés-do-chão, primeiro e segundo andares e quintal murado; e Francisco Manuel Rodrigues Pinto Brandão, casado, conservador do registo predial, arrendatário do primeiro e segundo andares, no lado direito do imóvel, por 36000rs.

José Augusto da Silva, industrial, foi também membro do Partido Republicano (O Commercio de Penafiel, 1907; O Penafidense, 1913) e participou ativamente na vida política local. Proclamada a República, na reunião da vereação de 10 de outubro, que dissolveu a Câmara Municipal e a substituiu pela Comissão Municipal, José Augusto da Silva foi um dos vogais substitutos (ADPNF, 1910a, fls. 191v-192). Entre estes estava também António Abrantes Ferreira, caixeiro de comércio, e pai de um conhecido industrial, João Abrantes Ferreira, proprietário da mais antiga fundição de alumínio em Penafiel, situada na avenida Egas Moniz (Soeiro, 2019-2020, pp. 43-45). Na reunião da

⁷ Reprodução na posse de Fausto da Costa Pinto de Matos, atual proprietário da Casa Fausto.

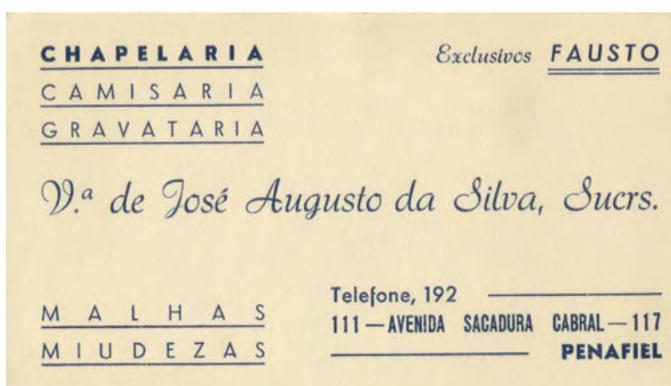


Figura 14. Casa Fausto com a referência à firma V. de José Augusto da Silva, Sucrs. na bandeira das portas (Fotografia Borges, décadas de 1950/1960).

Comissão Municipal de 29 de dezembro de 1910, em que foi nomeada a Junta de Repartidores da Contribuição Industrial, José Augusto da Silva era vogal efetivo, juntamente com Francisco de Sá Pereira, sendo Presidente José Pereira da Cunha (ADPNF, 1910b, fl. 3). Cidadão ativo, em 1911 integrava o conselho fiscal da Associação Artística (O Penafidense, 1910), foi diretor da Associação Comercial e Industrial, juntamente com Manuel Oliveira Pacheco, em 1911 (O Tempo, 1911) e 1915 (O Penafidense, 1914), e vogal na Cooperativa “A Penafidense”, na eleição dos corpos gerentes no final de novembro de 1919 (Ferreira, 2008, p. 522).

O fundador da chapelaria faleceu a 16 de abril de 1927, com 68 anos, na rua Formosa (CRCP, 1927; AMPNF, 1927-2008, fl. 46), e o seu negócio foi assumido pela esposa, mesmo não sabendo ler nem escrever (ADPRT, 1931, fls. 33-34v). Em 1935 e 1936, os almanaques locais referem e publicitam a chapelaria da “viúva de José Augusto Silva” (Afonso, 1935, p. 52; 1936, pp. 56, 60), comerciante, e mesmo após a sua morte, ocorrida a 23 de setembro de 1941, com 84 anos (CRCP, 1941; AMPNF, 1927-2008, fl. 46), pelo menos entre 1949 e 1953, o estabelecimento é denominado “José A. da Silva, a viúva”, na contribuição industrial. Uma fotografia, das décadas de 1950/1960, mostra ainda a referência escrita a “V. de José Augusto da Silva, Sucrs.” nas bandeiras das portas, bem como nos cartões de visita, sendo que o “V.” deverá remeter para a viúva deste chapeleiro, e o nome Fausto já figura na cartola.

O casal não deixou descendência, pelo que, em testamento, Augusta Adelaide da Silva nomeou como herdeira a sua sobrinha [neta] Sílvia da Costa (ADPRT, 1931, fls. 33-34v; CNPNF, 1994, fls. 150-150v), então com 26 anos, filha do sobrinho e afilhado José da Costa, também chapeleiro, e da mulher, Cenira Pereira de Melo, e neta de Bernardino Pereira da Fonseca, chapeleiro (CRCP, 1915). Augusta Adelaide da Silva deixou-lhe



Figuras 15 e 16. Cartões de visita (Matos, décadas de 1950/1960).

“o seu negocio ou estabelecimento de chapelaria, tudo quanto se encontrar dentro da sua casa e do referido estabelecimento, e as tres casas e quintais” que possuía na avenida Egas Moniz, antigo Largo do Conde de Torres Novas (ADPRT, 1931, fls. 33-34v), casas que José Augusto da Silva mandou reconstruir em 1917 (MMPNF, 1917). Sílvia da Costa casou com Fausto Pinto de Matos, a 12 de junho de 1954, que era empregado comercial da chapelaria desde 1925, onde começou a trabalhar com apenas treze anos (Leal, *et al.*, 1998).

O “Senhor Fausto Chapeleiro” ou Fausto Pinto de Matos, sobrinho-neto de José Augusto da Silva, por afinidade, nasceu a 30 de junho de 1912, em frente ao largo do Conde de Torres Novas, hoje avenida Egas Moniz, próximo do Jardim do Calvário (Leal, *et al.*, 1998). Filho de Maria Cândida Gomes, costureira, e de Vitorino Pinto de Matos, oficial de diligências (CRCP, 1912), casou, a 12 de junho de 1954, na paróquia da Sé, no Porto, com Sílvia da Costa, doméstica, nascida a 7 de janeiro de 1915 e falecida a 16 de setembro de 1965, à data empregado comercial, com morada na rua Alfredo Pereira (CRCP, 1954, fls. 152-152v), falecido a 24 de novembro de 2007 (CRCP, 2007). Fausto Pinto de Matos foi também Presidente da Associação Comercial e Industrial de Penafiel entre 1972 e 1975 (Sousa, [1993], p. 14).

Numa entrevista ao jornal *Olho Vivo*, em junho de 1998, contou que, quando foi trabalhar para a chapelaria, em 1925, ainda se fabricavam chapéus, e que pelas suas mãos



Figura 17 e 18. Desenho e alçados do prédio renovado por José Augusto da Silva na cidade de Penafiel (AMPNF, 1917).



Figura 19. Fausto Pinto de Matos e Sílvia da Costa Matos (Matos, anterior a 1965).

teriam passado milhares. O patrão arranjava as cartolas, e a casa tinha várias formas para chapéus destinadas à sua produção. Só mais tarde é que passaram a vir de fora, já prontos, em linha com o que ocorreu nas várias pequenas oficinas nacionais (Bonifácio, 1980, pp. 8-9).

Efetivamente, este estabelecimento apenas se apelidou “Casa Fausto” após o casamento de Fausto Pinto de Matos com a herdeira de Augusta Adelaide da Silva, em 1954, sendo o seu emblema publicitário a cartola, anterior a essa data, considerando que já figura em fotografias de 1921. Este reclame figurativo (Bernardo, 2014-2015, pp. 233, 285) granjeou-lhe o epíteto de “Casa da Cartola” (Soeiro, 1993, p. 355), hoje com o nome Fausto pintado, tal como nas décadas de 1950/1960 (Guimarães, 1956). No entanto, nos jornais apenas se registou um anúncio à Casa Fausto, a 28 de dezembro de 1962, como



Figura 20. Fausto Pinto de Matos na Casa Fausto (Matos, c. 1969/1970b).



Figura 21. Início norte da rua Formosa, em que se observa a cartola da chapelaria (Fotografia Borges, 1921).

“A CASA MAIS ANTIGA Sempre com os artigos mais modernos” entre malhas, chapelaria, camisaria e gravataria (Notícias de Penafiel, 1962). A cartola em folha de ferro que hoje está suspensa na fachada é uma réplica de menor dimensão da original, exposta no interior da loja, em duas metades, dado que, num dia de grande temporal, esta foi atirada para a Praça Municipal.

A casa dava forma a chapéus masculinos, essencialmente de modelo clássico, que variava apenas no tamanho das abas: pequena (cerca de 5 cm) ou larga (cerca de 7 cm), e, mais tarde, uma intermédia. Regra pontualmente quebrada por Fausto Pinto de Matos, que criou alguns femininos para oferecer à esposa, nomeadamente o que usou no dia do casamento, hoje expostos na loja. Na década de 1970, o feltro, que chegava em forma de “carapuços” ou chapéus por acabar, era adquirido à fábrica FEPSA, de São João da Madeira, hoje líder mundial na produção do feltro.



Figura 22. Cartola original no interior da loja.



Figura 23. A cartola em primeiro plano e vários transeuntes com chapéus na avenida (Fotografia Borges, década de 1970).

A ténue memória dos descendentes relativamente ao trabalho na chapelaria recorde, contudo, alguns chapeleiros que vinham de outras localidades, como o Senhor Mário, natural de Braga, a costureira, D. Maria Amélia Pereira dos Santos, que aplicava os forros, e os empregados comerciais, Alfredo Ferreira dos Santos e António Pereira, primos dos proprietários. O “Senhor Fausto Chapeleiro” também deixou, para “as nossas futuras gerações”, um criativo incentivo ao trabalho, escrito numa folha de *Memorandum* com o cabeçalho da CHAPELARIA PENAFIDELENSE Viuva de José Augusto da Silva, Suc., dentro de um envelope da mesma casa e oculto no tardo de um quadro que expõe o Diploma de Honra conferido a este estabelecimento, a 7 de julho de 1947, pela apresentação de uma montra que lhe granjeou o 1.º Prémio de Originalidade, no âmbito do concurso realizado durante as festas comemorativas da elevação da vila a cidade de Penafiel.

A Casa Fausto possui e expõe vários testemunhos materiais da sua história, ou “monumentos industriais” (Ramada, 1997, p. 284), que urge estudar e divulgar. Trata-se de um conjunto de utensílios e ferramentas associados ao acabamento dos chapéus de feltro, bem como alguns exemplares que foram produzidos pelo Senhor Fausto Chapeleiro. Entre os objetos destacam-se três conformadores, “aparelho com que obtinham um molde em papel do formato da cabeça do cliente” (Ramada, 1997, pp. 292-293), em

Figura 24. Aspeto do interior da chapelaria (da direita para a esquerda, atrás do balcão: Sr. Mário, chapeleiro, Alfredo Ferreira dos Santos, Cenira Pereira de Melo, António Pereira, Fausto Pinto de Matos) (Matos, c. 1969/1970a).





Figuras 25 e 26. Conformadores (M. Ribeiro/MMPNF).

particular quando esta não obedecia às medidas mais comuns, da primeira metade do século XX e da marca francesa ALLIE. H. MALLARD. Breveté Paris, e o marcador de chapéus, com as respectivas letras e caixa de madeira, com que se marcavam as iniciais do nome do proprietário de cada chapéu, em pontilhado, para que, em grandes eventos, este não trocasse de dono. Entre os objetos mais comuns estão os moldes, os ferros para aferriar e cinturar e dar forma aos chapéus, os alargadores em madeira, as craveiras, a caixa para o vapor, que permitia aquecer e moldar o feltro, ou a tesoura de pontas curvas para recorte das abas.

O Museu Municipal de Penafiel também tem à sua guarda um conjunto de chapéus, de produções nacionais e internacionais, alguns femininos, das marcas Berthe Dupoisot, falecida em 1941 (AMP, 1941), Mabelina Teresa, Júlio Gomes Ferreira, Lda., com “Salão de chapéus” na rua Fernandes Tomás, grande criador portuense da primeira metade do século XX (Gameiro, 2017, p. 200), Fernande Doublet e, a maioria, da casa Modas Ilda,



Figura 27. Marcador de chapéus (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 28. Molde com pés e ferro para dar forma à aba do chapéu (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 29. Ferro de afeirar e cinturar (M. Ribeiro/MMPNF).



Figuras 30 e 31. Craveiras (?) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 32. Caixa para vapor (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 33. Tesoura (M. Ribeiro/MMPNF).

todas com sede no Porto; e outros masculinos, da mesma cidade, das chapelarias Maia e Silva & Filhos, Baptista e Leal, Borsalino, mas também de Vigo, da “sombriereria” A. Sanchez. Entre a coleção do Museu está ainda uma forma com pés em madeira e caixas ou chapeleiras fabricadas em cartão, com tampa e a marca do fabricante ou da loja, para armazenamento e transporte dos mesmos. Identificam-se os exemplares para os chapéus de Hortense Deligant Lda., na avenida da Liberdade, em Lisboa, que produziu chapéus para o filme *Gado Bravo* (1934) (Barreira, 2017), de Júlio Gomes Ferreira, da marca Ilda, na rua de Cedofeita, no Porto, e da casa Modas Filomena Cardoso, da rua 31 de Janeiro, no Porto. Entre os chapéus, pelo menos três, masculinos, foram produzidos na Casa Fausto, todos com a referência à marca da viúva de José Augusto da Silva (n.ºs de inventário MMPNF/1993/18, MMPNF/1993/1103 e MMPNF/2003/2423).



Figura 34. Chapeleira da Hortense Deligant Lda. (n.º de inventário MMPNF/2022/15686) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 35. Chapeleira das Modas Júlio Gomes Ferreira (n.º de inventário MMPNF/2022/15683) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 36. Chapeleira da casa Ilda/Porto (n.º de inventário MMPNF/2022/15682) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figura 37. Chapeleira da casa Filomena Cardoso (n.º de inventário MMPNF/2022/15684) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figuras 38 e 39. Chapéu da coleção do Museu Municipal de Penafiel (n.º de inventário MMPNF/1993/18) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figuras 40 e 41. Chapéu da coleção do Museu Municipal de Penafiel (n.º de inventário MMPNF/1993/1103) (M. Ribeiro/MMPNF).



Figuras 42 e 43. Chapéu da coleção do Museu Municipal de Penafiel (n.º de inventário MMPNF/2003/2423) (M. Ribeiro/ MMPNF).

5. Notas finais

José Augusto da Silva, tio-avô do atual proprietário da Casa Fausto, natural de Viseu, onde foi chapeleiro, instalou uma oficina de chapelaria em Penafiel, por volta de 1890/1892, possivelmente em instalações distintas das atuais, considerando que o edifício em que se conhece o estabelecimento há dezenas de anos, antigo Hotel Avelino, apenas foi inaugurado em 1892. Por esta altura, são vários os chapeleiros que vivem e trabalham no centro da cidade, nesta chapelaria ou nos vários espaços comerciais que vendiam e reparavam chapéus, embora não tenha sido possível responder a algumas questões, nomeadamente onde aprenderam o ofício ou por que razão se instalaram em Penafiel.

Após a sua morte, em 1927, a viúva assumiu o negócio, que passou a denominar-se V. ou Viúva de José Augusto da Silva até à década de 1970, mesmo após o seu falecimento, em 1941, com 84 anos. Esta firma conviveu com a marca Casa Fausto, nome adquirido em data posterior ao casamento de Fausto Pinto de Matos com a sobrinha e herdeira de Augusta Adelaide da Silva, Sílvia da Costa, em 1954. Fausto Pinto de Matos, empregado comercial da chapelaria desde 1925, quando tinha apenas 13 anos, e falecido em 2007, foi o derradeiro chapeleiro da cidade de Penafiel.

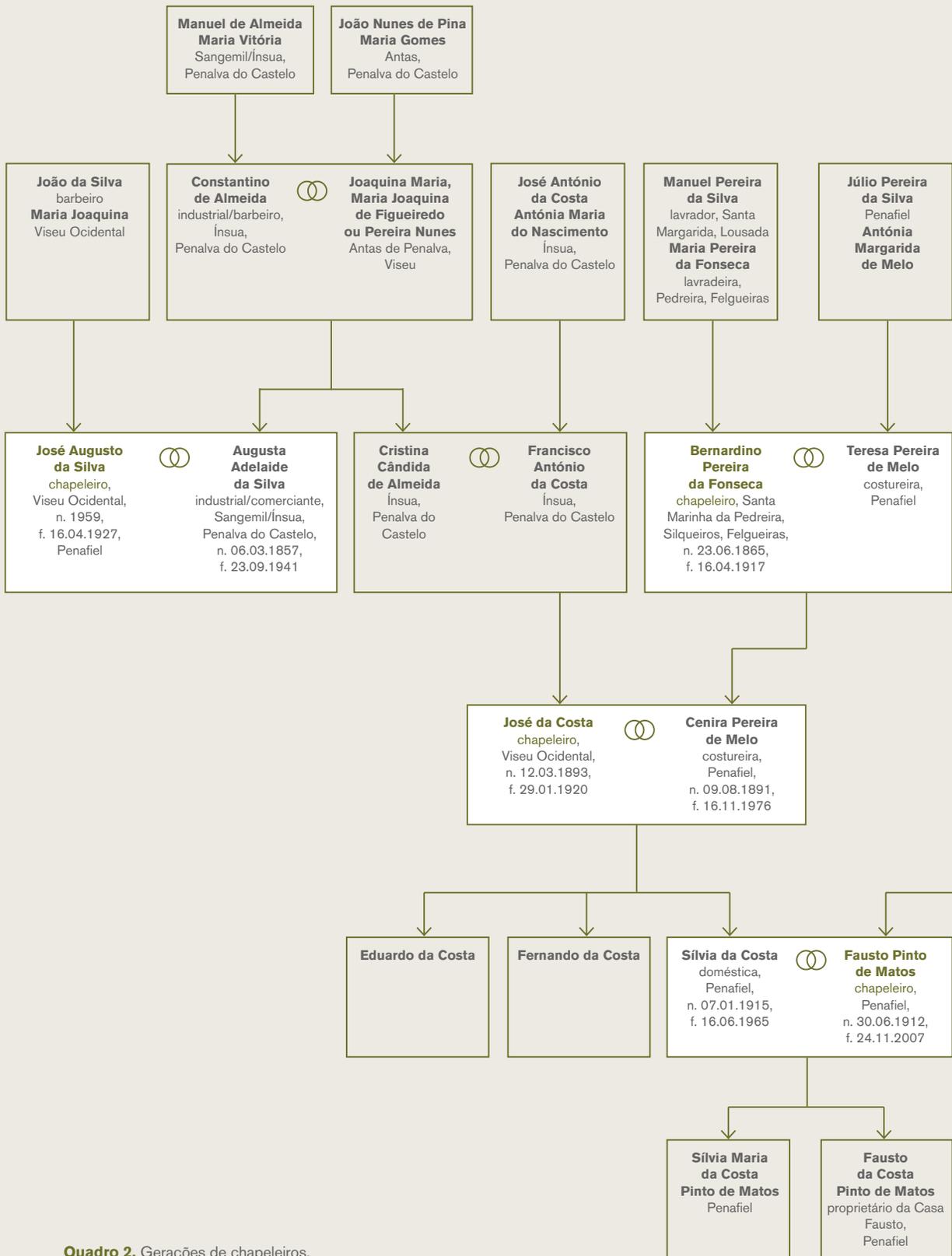
Fausto Pinto de Matos e Sílvia da Costa tiveram dois filhos, Sílvia Maria da Costa Pinto de Matos, que enveredou por outro percurso profissional, e Fausto da Costa Pinto de Matos, que assumiu o negócio e o mantém, com a esposa, Maria do Céu Barros Moreira de Matos, a quem agradecemos a amabilidade e a oportunidade de conhecer melhor esta atividade, ponto de partida do trabalho que ora se publica.



Figura 44. Fausto da Costa Pinto de Matos e a irmã, Sílvia Maria da Costa Pinto de Matos (Fotografia Borges, c. 1950).



Figura 45. Fausto da Costa Pinto de Matos e a esposa, Maria do Céu Barros Moreira de Matos, na Casa Fausto, em 30/08/2022 (M. Ribeiro/MMPNF).



Quadro 2. Gerações de chapeleiros.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

[S.a.], 1946-1953. *Distrito do Porto: concelho de Penafiel: Livro(s) de actas a que se refere o artigo 6º do Decreto n.º 24.916*. [S.l.]: [S.n.].

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1667-1669. *Tombo de Arrifana de Sousa*. [livro] Convento de São Gonçalo – Amarante, PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/0088. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1585-1671. *Prazos 26.º*. [livro] Convento de São Miguel de Bustelo – Penafiel, PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0015. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1865. *Paróquia de Pedreira*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Felgueiras, PT/ADPRT/PRQ/PFLG12/001/0010, n.º 11, Bernardino Pereira da Fonseca, 23.06.1865. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1868. *Paróquia de Miragaia*. [livro] Paroquiais, Paróquias da Cidade/Concelho do Porto, PT/ADPRT/PRQ/PPRT08/001/0027, n.º 98, Joaquim de Sousa Martins, 26.08.1868. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1878. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0036, n.º 126, António Aires Gomes, 03.11.1878. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1881. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0039, n.º 148, Emília, 23.11.1881. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1885. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0043, n.º 11, Anibal, 21.01.1885. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1887. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0045, n.º 8, José Aires Gomes, 15.01.1887. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1889. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0048, n.º 7, Bernardino Pereira da Fonseca, 25.02.1889. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1890a. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/003/0053, n.º 94, António José Cerqueira da Silva Braga, 23.11.1890. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1890b. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0048, n.º 15, Aurora, 22.01.1890. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1891a. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0049, n.º 100, Cinira Pereira da Costa, 09.08.1891. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1891b. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0049, n.º 21, José, afilhado de José Augusto da Silva e esposa, 01.03.1891. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1896a. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0055, n.º 47, António Aires Gomes, 31.12.1896. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1896b. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0054, n.º 97, Augusto, 21.09.1896. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1896c. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0055, n.º 8, Joaquim de Sousa Martins, 04.03.1896. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1897a. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0055, n.º 149, Francisco, 28.11.1897. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1897b. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0055, n.º 148, Maria, 28.11.1897. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1900. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/003/0063, n.º 91, António Aires Gomes, 30.11.1900. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1901. *Paróquia de Penafiel*. [livro] Paroquiais, Paróquias do Concelho de Penafiel, n.º 80, PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/003/0064, Carlos, 18.09.1901. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1931. *Cartório Notarial de Penafiel – Testamentos*. [livro] Notariais, Cartório Notarial de Penafiel, PT/ADPRT/NOT/CNPNF/002/1354, Testamento de Augusta Adelaide da Silva, 15.09.1931. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADPRT – Arquivo Distrital do Porto, 1962. *Cartório Notarial de Lousada – Escrituras*. [livro] Notariais, Cartório Notarial de Lousada, PT/ADPRT/NOT/CNLSLSD/001/0676, Escritura de 06.09.1962. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

ADVIS – Arquivo Distrital de Viseu, 1857. *Baptismos*. [livro] Paroquiais, Paróquia de Penalva do Castelo / Ínsua, PT/ADVIS/PRQ/PPCT05/001/0006, Augusta Adelaide da Silva, 06.03.1857. Viseu: Arquivo Distrital de Viseu.

ADVIS – Arquivo Distrital de Viseu, 1893. *Baptismos*. [livro] Paroquiais, Paróquia de Viseu, PT/ADVIS/PRQ/PVIS31/001/0042, José da Costa, 13.06.1893. Viseu: Arquivo Distrital de Viseu.

AMP – Arquivo Municipal do Porto, 1941. *Registo do testamento com que faleceu Berthe Dupoisot, francesa, proprietária*. [documento/processo] Registo de testamentos da Administração do Bairro Oriental, PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT10434, Testamento registado sob o n.º 599, Livro n.º 204, 25.06.1941. Porto: Arquivo Municipal do Porto.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1751-1791a. *Livro de registo dos acórdãos da Câmara de Municipal de Penafiel*. [livro] Acórdão n.º 7. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1751-1791b. *Livro de registo dos acórdãos da Câmara de Municipal de Penafiel*. [livro] Acórdão n.º 8. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1862a. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1623, fl. 33, n.º 84, Bento Coelho da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1862b. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1623, fl. 37, n.º 293, Vitorino Moreira de Sousa. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1879. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1639, fl. 36v, n.º 307, Joaquim Baltasar Pereira Guimarães. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1881a. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1642, fl. 143v, n.º 305, Vitorino Moreira de Sousa. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1881b. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1642, fl. 155v, n.º 602, Joaquim Baltasar Pereira Guimarães. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1890-1909. *Livro de registo de enterramentos no cemitério de Penafiel*. [livro] s/p, António José Cerqueira da Silva Braga. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1894a. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1643, fl. 149v, n.º 145, Bernardino Pereira da Fonseca. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1894b. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1643, fls. 155v-156, José Augusto da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1894c. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1643, fl. 162v, n.º 528, Vitorino Moreira de Sousa. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1901a. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1644, fl. 40v, n.º 295, Joaquim de Sousa Martins. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1901b. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1644, fl. 41v, n.º 310, José Augusto da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1901c. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1644, fl. 47v, n.º 505, Vitorino Moreira de Sousa. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1902. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1643, fl. 40v, n.º 306, José Augusto da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1910a. *Livro de registo dos actos da Câmara*. [livro] CMPNF/DAJ/DAAOA/003, Livro 31, Ata de 10.10.1910. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1910b. *Livro de registo dos actos da Câmara*. [livro] CMPNF/B/M-001, Livro 32, Ata de 29.12.1910. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1916. *Obras Particulares*. [pasta] Requerimento, 14.09.1916. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1917. *Obras Particulares*. [pasta] Pasta n.º 564 e 565, Requerimento, Alvará de 26.01.1917. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1923a. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1646, fl. 7, n.º 69, Américo Martins. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1923b. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1646, fl. 12, n.º 4, Joaquim de Sousa Martins. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1923c. *Livro de recenseamentos*. [livro] n.º 1646, fl. 12v, n.º 450, José Augusto da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1927-2008. *Livro de registo de enterramentos no cemitério de Penafiel*. [livro] fl. 46, Augusta Adelaide da Silva. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

AMPNF – Arquivo Municipal de Penafiel, 1946-1947. *Obras Particulares*. [pasta] Requerimento, Sem alvará, 17.10.1946. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.

CNPNF – Cartório Notarial de Penafiel, 1994. *Habilitação de herdeiros*. [livro] Livro n.º 291, fls. 150-150v, Habilitação de herdeiros, Augusta Adelaide da Silva. Penafiel: Cartório Notarial de Penafiel.

CRCP⁸ – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 1912. *Assentos de nascimento*. Assento n.º 270, 30.07.1912, Fausto Pinto de Matos. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRCP – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 1915. *Assentos de nascimento*. Assento n.º 41, 13.01.1915, Sílvia da Costa Matos. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRCP – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 1927. *Assentos de óbito*. Assento n.º 180, 17.04.1927, José Augusto da Silva. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRCP – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 1941. *Assentos de óbito*. Assento n.º 560, 23.09.1941, Augusta Adelaide da Silva. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRCP – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 1954. *Assentos de casamento*. Assento n.º 151, 12.01.1954, fls. 152-152v, Fausto Pinto de Matos e Sílvia da Costa Matos. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRCP – Conservatória do Registo Civil de Penafiel, 2007. *Assentos de óbito*. Assento n.º 506/2007, 26.11.2007, Fausto Pinto de Matos. Penafiel: Conservatória do Registo Civil de Penafiel.

CRPP – Conservatória do Registo Predial de Penafiel, 1922. *Registo predial*. [livro] Registo n.º 9165, Livro F16, fl. 131v, inscrição do prédio, 08.09.1922. Penafiel: Conservatória do Registo Predial de Penafiel.

CRPP – Conservatória do Registo Predial de Penafiel, 1923. *Registo predial*. [livro] Registo n.º 9391, Livro F17, fl. 45, descrição do prédio, 01.06.1923. Penafiel: Conservatória do Registo Predial de Penafiel.

Fontes impressas

[S.a.], 1925. *Almanaque Comercial e Industrial do Porto*. [S.l.]: [S.n.].

A República, 1960. CHAPELARIA Viuva de José Augusto da Silva, Suc.res, *A República*, 9 nov.

Afonso, J., ed., 1935. *Almanaque – Anuário de Penafiel*, 1.º ano. Penafiel: José Afonso.

Afonso, J., ed., 1936. *Almanaque – Anuário de Penafiel e Paredes*, 2.º ano. Penafiel: José Afonso.

CCDII – Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, 1881. *Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografia Borges, 1921 (3 fev.). *[Rua Formosa]* [fotografia] (Penafiel, Arquivo da Fotografia Borges).

Fotografia Borges, c. 1950. *[Fausto da Costa Pinto de Matos e a irmã, Sílvia Maria da Costa Pinto de Matos]* [fotografia] (Penafiel, Arquivo da Fotografia Borges).

Fotografia Borges, 1950/1960 (década de). *[Cartola]* [fotografia] (Penafiel, Arquivo da Fotografia Borges).

Fotografia Borges, 1970 (década de). *[Casa Fausto]* [fotografia] (Penafiel, Arquivo da Fotografia Borges).

Governo Civil do Porto, 1857. *Relatório apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua sessão ordinaria do anno de 1857 pelo governador civil Barão de Vallado*. Porto: Governo Civil do Porto.

Guimarães, A., 1956. *Avenida Sacadura Cabral* [fotografia] (PT/AMPNF/FA/ÁLBUM1/, Foto Antony, Envelope 32 – Negativo 32. Penafiel, Arquivo Municipal de Penafiel).

Leal, A. S. A. B. P., 1890. *Portugal Antigo e Moderno. Vol. 12*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão.

Leal, L., Olívia, A., Gomes, F. e Santos, A., 1998. "Sr. Fausto – Memória Viva de Penafiel", *Olho Vivo*, jun.

⁸ Agradeço a Artur Araújo, funcionário da Conservatória do Registo Civil e Predial de Penafiel, a preciosa ajuda na pesquisa para este estudo.

Matos, F., 1927 (anterior a). [*José Augusto da Silva e a mulher, Augusta Adelaide da Silva*] [fotografia] (Penafiel, Arquivo pessoal de Fausto Matos).

Matos, F., 1950/1960 (década de). [*Cartões de visita*] [cartões] (Penafiel, Arquivo pessoal de Fausto Matos).

Matos, F., 1965 (anterior a). [*Fausto Pinto de Matos e Sílvia da Costa Matos*] [fotografia] (Penafiel, Arquivo pessoal de Fausto Matos).

Matos, F., c. 1969/1970a. [*Aspeto do interior Casa Fausto*] [fotografia] (Penafiel, Arquivo pessoal de Fausto Matos).

Matos, F., c. 1969/1970b. [*Fausto Pinto de Matos na Casa Fausto*] [fotografia] (Penafiel, Arquivo pessoal de Fausto Matos).

Notícias de Penafiel, 1962. Casa Fausto, *Notícias de Penafiel*, 28 dez.

Notícias de Penafiel, 1963. Chapelaria Casa Ibéria, *Notícias de Penafiel*, 11 jun.

O Commercio de Penafiel, 1882. Depósito de chapéus de Joaquim Baltazar Pereira Guimarães, *O Commercio de Penafiel*, 10 mai.

O Commercio de Penafiel, 1883. Loja *A Mão Dourada*, de Joaquim Baltazar Pereira Guimarães, *O Commercio de Penafiel*, 2 jun.

O Commercio de Penafiel, 1884. Fábrica de Chapéus Portuense, em Lamego, *O Commercio de Penafiel*, 19 jul.

O Commercio de Penafiel, 1885a. Chapelaria Penafidelense de Joaquim Baltazar & C.^a, *O Commercio de Penafiel*, 4 fev.

O Commercio de Penafiel, 1885b. Chapelaria Penafidelense de Joaquim Baltazar & C.^a, *O Commercio de Penafiel*, 10 fev.

O Commercio de Penafiel, 1885c. *Fábrica de Chapéus Portuense* em Lamego, de Artur Pereira da Costa, *O Commercio de Penafiel*, 3 jan.

O Commercio de Penafiel, 1894. Associação Comercial e Industrial, *O Commercio de Penafiel*, 5 dez.

O Commercio de Penafiel, 1907. Partido Republicado, *O Commercio de Penafiel*, 30 jan.

O Commercio de Penafiel, 1916. Chapelaria High-Life, *O Commercio de Penafiel*, 27 dez.

O Penafidelense, 1892. Hotel Avelino, *O Penafidelense*, 7 out.

O Penafidelense, 1910. Associação Artística – Eleição, *O Penafidelense*, 9 dez.

O Penafidelense, 1913. Republicanos de Penafiel, *O Penafidelense*, 31 jan.

O Penafidelense, 1914. Associação Comercial, *O Penafidelense*, 25 dez.

O Povo de Penafiel, 1926. Chapelaria Martins, *O Povo de Penafiel*, 28 fev.

O Povo de Penafiel, 1934. Aida Fernandes de Vasconcelos, modista de chapéus, *O Povo de Penafiel*, 8 abr.

O Tempo, 1911. Associação Commercial e industrial de Penafiel, *O Tempo*, 25 dez.

O Tempo, 1937. Hotel Avenida, *O Tempo*, 31 jan.

O Século XIX, 1864a. Armazém de Bento Coelho da Silva, *O Século XIX*, 27 jun.

O Século XIX, 1864b. Armazém de Bento Coelho da Silva, *O Século XIX*, 1 out.

O Século XIX, 1864c. Noticiário. Imprensa local e Depósito de chapéus de Vitorino Moreira de Sousa, *O Século XIX*, 20 abr.

O Século XIX, 1865. Armazém de Bento Coelho da Silva, *O Século XIX*, 29 abr.

Pacheco & C.^a, ed., [início do século XX]. [*Avenida Sacadura Cabral*] [postal ilustrado] (Penafiel, Museu Municipal de Penafiel).

Bibliografia

Araújo, M., 1900. *Indústrias de Braga (notas dum jornalista)*. Braga: Tip. da "PAX".

Barreira, H., 2017. *Imagens em movimento, documentos e expressões*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Bernardo, H., 2012. *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: Urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Bernardo, H., 2014-2015. Inventário dos trabalhos em ferro no Centro Histórico de Penafiel. *Cadernos do Museu*, 14/15, pp. 181-299.

- Bonifácio, M. F., 1980. *Industrialização oitocentista e concorrência externa (a indústria chapeleira de 1814 a 1914)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- Boucher, F., 1987. *20,000 years of fashion. The history of costume and personal adornment*. Nova Iorque: Harry N. Abrams.
- Correia, J. S., 2021. *Unhas Negras*. São João da Madeira: Câmara Municipal de São João da Madeira.
- Duarte, M. C. S. D. O., 1974. *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 a 1784: ensaio de demografia histórica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Ferreira, J. F. C., 2008. *Anais de Penafiel (1900-1925)*. Penafiel: Livrofiel.
- Gameiro, A. W. R. R., 2017. *A moda e as modistas em Portugal durante o Estado Novo – As mudanças do pós-guerra (1945-1974)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Guimarães, L. O., 1944. Chapéus há muitos!, *Vida Mundial Ilustrada*, [em linha] Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/VidaMundialIlustrada/N171/N171_master/N171.PDF> [Consult. 23 maio 2020].
- Justino, D., 1988. *A formação do espaço económico nacional, Portugal (1810-1913)*. Lisboa: Editorial Vega.
- Martins, O., 1957. *O Repórter*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- Mónica, M. F., 1979. Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). *Análise Social*, XV(60), 4.º, pp. 859-945.
- Menezes, S., coord., 2003. *Museu da Indústria de Chapelaria*. São João da Madeira: Câmara Municipal de São João da Madeira.
- Oliveira, G., 2002. A imprensa local e a indústria de Chapelaria. In: Comissão de Trabalho do Museu da Indústria de Chapelaria, coord., 2002. *Livro de Actas das I Jornadas de museologia da indústria de chapelaria – O Meu avô nunca saía à rua de cabeça descoberta*. São João da Madeira: Câmara Municipal de São João da Madeira – Museu da Indústria de Chapelaria. pp. 59-64.
- Ramada, J. A. R. P., 1997. A indústria chapeleira portuguesa. Um exemplo esquecido de Património Cultural. *População e Sociedade*, 3, pp. 273-299.
- Ramada, J. A. R. P., 1998. A Indústria Chapeleira portuguesa entre 1750 e 1852: oficinas, fábricas e manufacturas. In: J. F. Alves, 1998. *A Indústria Portuguesa em perspectiva histórica: actas do colóquio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Centro Leonardo Coimbra. pp. 45-61.
- Ramada, J. A. R. P., 2002. A organização corporativa dos sombreiros do Porto. *Revista da Faculdade de Letras, História*, III, 3, pp. 103-123.
- Santana, M. H., 2011. Estética e Aparência. In: J. Mattoso, dir., e I. Vaquinhas, coord., 2011. *História da Vida Privada em Portugal*. 3.ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates. pp. 429-452.
- Santos, G. M. M. F., 1979. *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos.
- Soeiro, T., 1993. *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Soeiro, T., 2019-2020. A Indústria de fundição de alumínio em Penafiel. *Cadernos do Museu*, 16/17.
- Sousa, A. O., [1993]. *100 anos de Associação Comercial e Industrial de Penafiel*. Penafiel: Associação Comercial e Industrial de Penafiel.
- Viterbo, S., 1909. A indústria de sapatos de feltro, *O Tripeiro*, 10 dez., p. 266.